

PLANEJAMENTO DE AULAS DE MÚSICA: EXPERIÊNCIAS DOS ACADÊMICOS DO PIBID/MÚSICA DA UNIMONTES

MUSIC LESSONS PLANNING: THE EXPERIENCE OF THE ACADEMICS OF PIBID/MUSIC FROM UNIMONTES

Aparecida de Jesus Soares Pereira¹

Waldir Pereira da Silva²

RESUMO: Este trabalho apresenta um relato das experiências e propostas didático-pedagógicas sistematizadas em planejamentos de aula desenvolvidos pelos acadêmicos do Pibid/Música, da Unimontes. O principal objetivo foi elaborar e aplicar planos de aula preparando os futuros professores para o ensino de música nas escolas de educação básica. Os acadêmicos tiveram a oportunidade de criar seus próprios planos de aula, de forma coletiva, tendo como base alguns artigos científicos específicos da área de música, apresentados como fundamentação teórica para direcionar o desenvolvimento dos planos de aula. Como referencial teórico, baseou-se em: Arruda (2012), Francischett; Giroto; Mormul (2012), Gandin (2001; 2009), Gauthier (2006), Hentschkee; Del Ben (2003), Libâneo (1994), Montandon (2012), Quadros Jr.; Costa (2015), Quadros Jr; Costa; Mattos Jr. (2015), Romanelli (2009), Souza; Torres (2009) e Tardif (2011). As conclusões alcançadas evidenciam que a construção coletiva dos planos de aula facilitou o desenvolvimento de práticas pedagógicas para o ensino de música. As atividades de planejamento de aulas foram de fundamental importância para conscientizar os pibidianos de sua necessidade e importância, e também se constituiu em um acervo significativo para a prática pedagógica, criadas de forma coletiva com base em experiências individuais e conjuntas.

Palavras-chave: Música. Plano de aula. Formação de Professores. Pibid.

ABSTRACT: This work presents an account of the experiences as well as the didactic-pedagogical proposals structured in lesson plans developed by the academics of the Pibid/Music from Unimontes. The main objective was to develop and apply lesson plans, preparing future teachers for music teaching in elementary schools. The teachers had the opportunity to collectively create their own lesson plans, based on some specific scientific articles in the music area, presented as theoretical framework to guide lesson plans development. As a theoretical reference it was based on: Arruda (2012), Francischett; Giroto; Mormul (2012), Gandin (2001; 2009), Gauthier (2006) Hentschke and Del Ben (2003), Montandon (2012), Libâneo (1994), Romanelli (2009), Quadros Jr .; Costa (2015), Souza and Torres (2009), and Tardif (2011). The conclusions found put in evidence that the collective construction of lesson plans facilitated the development of teaching practices for music teaching. The activities of class planning were of fundamental importance to make the *pibidianos* (members of the Pibid) aware of its necessity and importance. Additionally, the material gathered during the research constitutes a significant collection for the teaching practice work, created collectively, and based on individual and joint experiences.

¹ Professora Especialista da Universidade Estadual de Montes Claros.

E-mail: cidacantora0911@gmail.com

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins.

E-mail: waldir.pereira@uft.edu.br

Keywords: Music. Lesson plan. Teacher training. Pibid.

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro vive um período de enfrentamento de desafios. Questões como inclusão, escolarização de pessoas com necessidades especiais, evasão escolar, formação de educadores, qualidade do ensino e tantos outros assuntos têm gerado debates e, de certa forma, preocupação da parte de gestores educacionais, pois a educação é a base da sociedade e necessita ser pensada de forma diferenciada, para que tenha qualidade e faça diferença na sociedade, com políticas públicas que agreguem valores e solidifiquem o sistema educacional brasileiro e, conseqüentemente, a sociedade.

A necessidade de implementação de políticas públicas que visem a melhorias na qualidade da educação e, por conseguinte, na formação de professores, é tema de diversos debates e trabalhos científicos no seio da comunidade universitária. Dessa maneira, Montandon (2012, p. 48) diz que as políticas de formação de professores, no Brasil, têm conquistado vulto nos últimos anos, como uma das ações para a melhoria da qualidade da Educação Básica, e acrescenta que há duas premissas que são bases para ações das políticas públicas para a educação:

Duas premissas acompanham as bases para as ações decorrentes das políticas públicas para a educação. A primeira, é que elas sejam conduzidas de forma sistêmica entre União, Estados, Distrito Federal e municípios. Segundo, que ocorram de maneira articulada entre o Ministério da Educação - MEC, as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino básico, o que indica compromissos e responsabilidades compartilhadas entre todos (MONTANDON, 2012, p. 48).

Neste sentido, para que haja garantia da eficácia de ações com finalidade de melhoria da qualidade da educação como um todo, faz-se necessária a articulação entre os órgãos políticos governamentais, instituições de ensino, sistemas e redes de ensino básico, de forma mais integrada, compartilhando assim, responsabilidades e compromissos, objetivando melhorias na qualidade de ensino nas escolas de educação básica, o que está intrinsecamente ligado a uma melhor formação inicial do professor, assim como à sua formação continuada.

Dentre as políticas públicas implementadas pelo governo federal enfatiza-se, neste trabalho, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que, no âmbito de

suas atribuições, vem contribuindo significativamente para uma melhor formação docente, uma vez que experiências inovadoras desenvolvidas em suas atividades fomentam ao bolsista exercer a sua criatividade, e, como acadêmico, vivenciar o cotidiano escolar de forma mais abrangente e diferenciada nas escolas de educação básica, explorar os conhecimentos adquiridos na academia, associados às experiências adquiridas até mesmo antes de ingressar na universidade.

Esse programa tem sido um grande aliado no processo de formação inicial do educador, pois traz, como um de seus objetivos: “contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura” (CAPES, 2014). Na *práxis* do futuro professor, Tardif enfatiza que, “A partir das atividades desenvolvidas os acadêmicos têm a oportunidade de colocar em prática os saberes docentes adquiridos durante a sua formação inicial” (TARDIF, 2011, p. 36). Entretanto, a formação continuada, como um segundo estágio na qualificação do professor necessita também de políticas públicas que oportunizem aos futuros docentes uma melhor qualificação em sua carreira profissional.

1. A expansão do Pibid/Música no Brasil

O desenvolvimento das atividades no Pibid acontece de forma integrada, tendo como meta o processo de formação docente, a integração entre universidade e escolas públicas, assim como também a formação continuada para os professores supervisores das escolas públicas selecionadas, considerando que praticamente todos esses professores não são licenciados em música. Corroborando para a explicação dessa relação, Francischett, Giroto e Mormul (2012, p. 91) dizem que “uma das principais metas do programa foi promover novas formas de relação entre a instituição de ensino superior e a escola pública, possibilitando a dinâmica entre teoria e prática”.

Em concordância com Quadros Jr.; Costa; Mattos Jr. (2015, p. 3), quanto aos subprojetos de Música, dizem que “os subprojetos representam, significativamente, um momento oportuno para relacionar as metodologias do ensino da música com propostas pedagógicas direcionadas ao contexto escolar”. Dessa maneira, o Programa tem proporcionado uma grande contribuição no sentido de oportunizar os primeiros contatos dos licenciandos com o futuro campo de atuação profissional, valorizando a licenciatura e integrando teoria e prática, requisito indispensável na formação do professor. No atual

contexto educacional brasileiro, para Montandon, “O Pibid tem sido pioneiro na área de Educação Musical no Brasil” (MONTANDON, 2012, p. 54).

O Pibid tem apresentado um crescimento expressivo desde o início de sua vigência. Em 2009, quando iniciou o Programa, o número de bolsistas era de três mil. Em 2014, com o início de novos projetos, foram registrados mais de noventa mil bolsistas por meio do Sistema de Acompanhamento de Concessões da CAPES (SAC), das quais mais de sessenta e cinco mil são destinadas a licenciandos (CAPES, 2014). Analisando os subprojetos de Música, Quadros Jr.; Costa (2015, p. 41) destacam que, em 2013, a área de música teve 62 subprojetos de iniciação à docência contemplados para todo o Brasil, resultando em 1.253 bolsas ID, e o Pibid da Unimontes aparece nas pesquisas como a segunda Universidade em nível estadual com o maior número de bolsistas.

2. O Subprojeto Pibid/Música e o ensino de música nas escolas

Este ensaio relata as experiências parciais vivenciadas por meio do planejamento de aulas de acadêmicos e professores de música do Curso de Licenciatura em Artes - Habilitação em Música, da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, no processo de ensino e aprendizagem realizado mediante atividades do subprojeto Pibid/Música do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

Em consonância com a minuta de seu regimento interno, objetiva-se contribuir para a formação do futuro docente em música e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas parceiras. As atividades oportunizaram a integração da educação superior com a educação básica, meio do ensino de música, articulando saberes e práticas educacionais, elementos essenciais e indispensáveis para a formação do educador musical. Além de melhorar o nível de conteúdo das atividades acadêmicas, incentivam e proporcionam aos acadêmicos bolsistas uma formação integral, através da articulação do ensino com a pesquisa e a extensão em suas atividades discentes.

Assim sendo, o Pibid/Música da Unimontes apresenta-se como uma política pública de formação de professores que tem alcançado notório destaque para o curso de música como uma das ações que têm por finalidade valorizar a docência e o curso de licenciatura em música, inserindo os graduandos na Educação Básica, como forma de contribuir também para a formação e atuação profissional e melhorar a qualidade do ensino musical. Dessa forma, Montandon (2012, p. 51) corrobora com a discussão, dizendo que “o objetivo do Pibid é inserir estudantes de cursos de licenciatura plena em atividades pedagógicas em escolas

públicas do ensino básico, aprimorando sua formação e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino nessas escolas, por meio de metodologias inovadoras”.

O Subprojeto Pibid Artes/Música da Universidade Estadual de Montes Claros-MG, iniciou suas atividades em outubro de 2011. Com essa nomenclatura iniciou as atividades com dez bolsistas de iniciação à docência, um professor da escola pública selecionada, como supervisor das atividades dos alunos na escola, um professor coordenador de área e uma professora voluntária, ambos lotados no Departamento de Artes, atuando no Curso de Música, desenvolvendo atividades musicais em uma escola de educação básica.

A segunda edição do subprojeto com a nomenclatura de Pibid/Música foi construído a partir do Edital nº 061/2013, autorizado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, ampliando suas atividades para mais uma escola de educação básica da rede estadual de ensino. Com essa expansão, mais dez acadêmicos bolsistas e dois professores supervisores foram integrados ao subprojeto, contando também com a participação de uma professora colaboradora, não bolsista, lotada no Departamento de Artes, também atuando no curso de música, aumentando consideravelmente o número de bolsistas.

Com uma nova estrutura, a partir de 2014 a equipe de trabalho ficou constituída por dois professores coordenadores do subprojeto, lotados no Departamento de Artes da universidade, oito professores supervisores das escolas de educação básica participantes, sendo quatro professores de cada escola, e quarenta acadêmicos do Curso de Licenciatura em Artes – Habilitação em Música, perfazendo um total de cinquenta bolsistas no subprojeto, para desenvolver as atividades na universidade e em duas escolas de educação básica da rede estadual de ensino.

Os objetivos do subprojeto Pibid/Música, em consonância com o que preconiza o edital nº 061/2013, são: proporcionar aos alunos do Curso de Licenciatura em Artes – Habilitação em Música, da Unimontes, melhor formação para atuarem como professores de música nas escolas de educação básica; conhecer o contexto escolar; possibilitar meios de estimulação às práticas pedagógicas através dos mecanismos com base na ação/criação/reflexão de acordo com a percepção do mundo; experimentar e praticar as atividades voltadas para o ensino-aprendizagem em música; promover a integração do ensino superior com a educação básica no ensino fundamental e médio, com o intuito de melhorar a qualidade da educação; conceber de forma integrada as áreas de ensino, pesquisa e extensão, para dar continuidade ao propósito de busca na construção do conhecimento; valorizar o espaço público escolar, que proporciona campo para experiências, possibilitando ao acadêmico/bolsista atuar como agente transformador do meio em que se insere e atuar com a

diversidade cultural através da sensibilização, criação artística e prática docente; divulgar as manifestações e potencial artísticos, visando estimular outras criações musicais; viabilizar a pesquisa científica e tecnológica em música, para conhecimento e difusão da cultura; contribuir na formação de profissionais em música, dando-lhes condições para pensar na sua *práxis* e serem capazes de investigar, refletir, compreender e criar práticas docentes inovadoras que possam transformar a realidade escolar, melhorando o processo ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, a educação musical (UNIMONTES, 2013).

Quanto à metodologia aplicada no subprojeto, busca-se nas atividades a reflexão/ação/reflexão de todo o processo do ensino e aprendizagem na área da música em que os acadêmicos/bolsistas se tornam primeiramente sujeitos no processo, como eixo motivador para a manifestação de suas potencialidades e habilidades, propiciando meios para a reflexão e investigação. As atividades são planejadas em grupos, como forma de proporcionar aos futuros professores a oportunidade de interagir com os demais e buscar uma formação de qualidade, conhecendo, caracterizando, problematizando e refletindo a profissão em suas esferas de atuação, e avaliando o desenvolvimento do processo das atividades propostas, as diversidades e possibilidades de abrangência dos métodos ligados ao processo pedagógico para o ensino (UNIMONTES, 2013).

Com essa forma participativa nas ações metodológicas e na diversidade de experiências das práticas educacionais, estarão continuamente, por meio do período de graduação, construindo de forma progressiva sua formação docente na área de música através de sua produção e qualificando-se para atuar como futuros educadores.

As atividades aconteceram na Universidade e também na Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro, localizada na Praça Victor Sartori, 463 – Alto São João – Montes Claros – MG, que foi selecionada por apresentar um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, de 4,9 no 5º ano e 3,0 no 9º ano do Ensino Fundamental, sua localização geográfica estar em área de vulnerabilidade social e por dispor de vários instrumentos musicais para formar uma fanfarra, recebidos do Governo do Estado de Minas Gerais, em 2010, e não tem nenhum professor com qualificação para desenvolver tais atividades. As atividades didático-pedagógicas foram desenvolvidas nos turnos e contraturnos nas turmas do ensino fundamental e médio, inicialmente nas séries onde é oferecida a disciplina Artes, e, posteriormente, nas turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

A Escola Estadual Irmã Beata, situada Rua Profa. Dorita Versiani, 100 – Jardim Brasil – Montes Claros – MG, foi selecionada por estar localizada em área de risco social, pelo fato do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB ser de 5,3 para o 5º ano e

4,4 para o 9º ano do Ensino Fundamental, e também por ter professora ministrando aulas de Artes graduada em Educação Artística com ênfase em Artes Visuais, constituindo, assim, mais um desafio na formação do professor de música.

A parceria estabelecida entre essas escolas contribuiu significativamente para a valorização do magistério e a formação docente na área de música, como parte integrante do processo de implementação e consolidação do ensino de música nessas escolas, em cumprimento da Lei nº. 11.769/2008, que torna o ensino de música obrigatório nas escolas de educação básica, buscando, com essas ações, estreitar as relações entre universidade e escolas de educação básica, contribuindo de forma significativa e mais atuante para a formação do acadêmico bolsista para o exercício da docência em música.

Portanto, o Subprojeto Pibid/Música considera essa iniciativa de parceria com as escolas como uma oportunidade de aperfeiçoamento das práticas docentes, devido à atuação e ao contato direto dos acadêmicos com a sala de aula, possibilitando aos mesmos colocar em prática os ensinamentos adquiridos na academia, com a finalidade de os juntar aos conhecimentos e práticas adquiridas no Estágio Curricular supervisionado e nas demais disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso (UNIMONTES, 2013).

Destaca-se, também, nas atividades desenvolvidas no âmbito do Pibid/Música as atividades de pesquisa, com a produção, apresentação e publicação de diversos trabalhos científicos em níveis local, regional e nacional, e de extensão, com a criação e assistência ao coral e à fanfarras das escolas. No ensino, enfatizam-se as atividades didático-pedagógicas desenvolvidas pelos acadêmicos em sala de aula, acrescenta-se a formação continuada para os professores supervisores atuantes nas escolas, licenciados em Artes Visuais e outros conteúdos, possibilitando que estes tenham uma fundamentação teórica dos conteúdos musicais estudados e a participação nas atividades musicais desenvolvidas na universidade, associando a teoria à prática.

3. O planejamento coletivo das aulas de música

O planejamento de aulas é parte integrante das atividades docentes, muito discutido nas aulas de didática e estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura das universidades brasileiras visando à formação inicial do professor para o exercício do magistério em seus diversos níveis. De acordo com Libâneo (1994), são três os níveis de planejamento: O Plano da Escola, mais genérico; o Plano de Ensino, registrando as tarefas docentes; e o Plano de Aula, que abrange a ação docente para a aula. Entende-se

que o Plano de Escola se refere ao Projeto Político-Pedagógico, o Plano de Ensino contempla os conteúdos específicos e demais aspectos relacionados a cada disciplina, e o Plano de Aula apresenta, em ordem cronológica as etapas a serem desenvolvidas, pensando e repensando as práticas pedagógicas a serem executadas em sala de aula, e será o objeto de estudo nesse ensaio. O plano de aula pode ser entendido como um microplanejamento em relação ao plano da escola, mas um macroplanejamento em relação a sua importância para a prática pedagógica na formação do professor.

Como micro ou macroplanejamento, segundo Gandin (2009, p. 23):

Planejar é elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação [...] propor uma série orgânica de ações para diminuir essa distância [...] executar – agir em conformidade com o que foi proposto; avaliar – revisar sempre.

O plano de aula é uma ferramenta que auxilia o professor no desenvolvimento de suas atividades didático-pedagógicas, um processo contínuo, um instrumento que funciona como base sistematizada para o desenvolvimento das atividades em sala de aula, direcionando o processo de ensino e aprendizagem. O professor se prepara com base no plano de aula, onde registra os conteúdos a serem trabalhados, assim como os objetivos geral e específico, o conteúdo programático, a metodologia a ser utilizada, os recursos didáticos disponíveis, a avaliação e as referências bibliográficas, funcionando como roteiro para as atividades, além de antecipar teoricamente as ações em sala de aula, aprimorando cada vez mais a prática pedagógica do educador e o ensino dos conteúdos teóricos e práticos a serem ministrados aos alunos.

Nesse sentido, um plano de aula não pode ser blindado, mas deve ser flexível, e essa flexibilidade, na prática, pode ocorrer até mesmo durante sua execução, em situações não previstas, apontando a necessidade de um replanejamento após a aula. Mesmo com essa flexibilidade, um plano de aula deve ter objetivos claros e definidos, as intenções e o ponto de partida, os quais permitem vislumbrar os resultados que se pretende alcançar. Como um guia, um plano de aula não pode ser considerado algo imutável, que deva ser cumprido rigorosamente, literalmente como foi elaborado.

Na prática pedagógica, o professor deve “afastar-se” do plano sempre que situações de necessidades e interesses dos alunos justifiquem tal atitude. Mesmo assim, as características de um plano de aula estão pautadas nos princípios de formalização, coerência e objetividade. Entretanto, um “afastamento” constante e contínuo do plano de aula deve levar o professor a

uma reflexão profunda, no sentido de verificar se não está abandonando e até desprezando o planejamento feito, considerando que qualquer aula deve ter um tema, introdução, desenvolvimento e conclusão.

Sobre essa fase da prática pedagógica, Arruda (2012, p. 46) diz:

O planejamento de aula, como uma das fases da prática pedagógica, é o momento privilegiado tanto de conceber as abordagens educacionais e traçar os objetivos e conhecimentos a serem trabalhados com os alunos, quanto de selecionar as tecnologias como recursos do processo de ensino e aprendizagem, assim como de acompanhar seus resultados.

A elaboração de planos de aula é uma das funções dos professores. O planejamento de aula não tem fórmulas prontas; contudo, proporciona a construção de atividades práticas diárias e funciona como um referencial para o desenvolvimento das práticas docentes e habilidades, inter-relacionando ensino e aprendizagem intermediados pelos recursos tecnológicos disponíveis. Entretanto, os recursos tecnológicos e didáticos utilizados, sejam convencionais ou instrumentos musicais, são de finalidade exclusiva para ilustrar a aula, sem prejuízos ao alcance dos objetivos.

Antes de planejar é preciso ter a ideia de um tema, finalidade e objetivos, conteúdos, forma de condução dos mesmos, organização de tempo e espaço, escolha de atividades apropriadas e condizentes com o tema, estrutura, disponibilidade de tempo e espaço, participação e envolvimento da comunidade escolar, método avaliativo, catalogação e arquivo de registros colhidos.

Os profissionais que possuem essa prática bem sabem que os roteiros construídos para a ministração de uma aula não funcionam como “receitas prontas” no desenvolvimento do processo de ensino; apenas facilitam seu desenvolvimento, pois situações inusitadas podem ocorrer durante ou depois de cada aula ministrada, conduzindo o processo para outro contexto. Cabe ao professor, como facilitador da aprendizagem, ter o domínio de seu conteúdo para contornar os imprevistos e solucioná-los, pois, nesta sociedade contemporânea, espera-se que a educação esteja voltada para a formação de cidadãos críticos e reflexivos, que sejam capazes de analisar, compreender e agir de forma consciente.

De acordo com Gandin (2001, p. 83):

(...) é impossível enumerar todos os tipos e níveis de planejamento necessários à atividade humana. Sobretudo porque, sendo a pessoa humana condenada, por sua racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas idéias em realidade. Embora não o faça de maneira consciente e eficaz, a pessoa humana possui uma estrutura básica que a leva a divisar o futuro, a analisar a realidade a

propor ações e atitudes para transformá-la.

Por isso, o planejamento das aulas deve estar centrado na realidade escolar e esta, por sua vez, deve ter o comprometimento com a formação do aluno em todas as suas áreas, especificamente, social, cultural, ética e moral, para que esses aspectos formativos sejam ponto de junção entre comunidade, escola e sociedade, buscando a transformação da realidade escolar.

Segundo Hentschke e Del Ben (2003, p. 176), “planejar e avaliar, em qualquer área do conhecimento escolar são condições *Sine qua non* para a efetivação do ensino”. Assim, percebe-se que o ato de planejar é uma necessidade para direcionar o trabalho docente; porém, deve-se levar em conta os riscos referentes a mudanças de percurso quando situações de mudanças inusitadas nas atividades e ações conduzam a uma modificação no planejamento.

Situações imprevistas e inusitadas são fatores em que os professores, em sua prática docente, não devem condicionar o planejamento de uma forma rígida e rigorosa, mas sim flexível, para que, em caso de situações inesperadas, possam, a partir da sua experiência, ter discernimento, criatividade e flexibilidade para promover modificações necessárias, reestruturar e modificar o planejamento da aula. Neste aspecto, Romanelli afirma que “O planejamento é uma atribuição do professor que consiste na sistematização do ensino para desenvolver situações educativas, por meio da previsão das ações docentes” (ROMANELLI, 2009, p. 126).

Sobre esse aspecto, Gauthier (2006, p. 199) diz que: “Um bom planejamento se caracteriza pela minúcia, mas não pela rigidez. Os professores que planejam de uma maneira demasiado rígida e detalhada se concentram às vezes demais no conteúdo e não o bastante nas necessidades dos alunos”. Assim, o planejamento das ações de ensino deve estar focado na aprendizagem do aluno, em sincronia com suas expectativas e necessidades.

Mesmo com um bom planejamento da aula, circunstâncias diversas e até adversas podem conduzir o professor a caminhos obscuros e inesperados em sala de aula, os quais não foram conteúdos abordados no planejamento, muito comuns em aulas de música, como, por exemplo: planeja-se uma aula sobre música africana e a curiosidade e expectativa dos alunos pode conduzir a aula, direcionando-a à música indígena, que não foi objeto de estudo no planejamento. A aula é de música, mas o conteúdo específico do planejamento da aula foi música africana.

Um planejamento de aulas de música depende de uma atividade intelectual que antecede uma ação performática e, tecnicamente, ocorre da mesma forma que o planejamento

das aulas das demais disciplinas, diferenciando-se em relação aos conteúdos específicos da linguagem musical, que requerem maior atenção e um conhecimento dos códigos dessa linguagem, fator muito importante no ensino de música, principalmente quando é obrigatório seu ensino nas escolas de educação básica através da Lei 11.769/08 e, por conseguinte, precisa ser ministrado por professores que tenham conhecimento dessa linguagem e sejam licenciados em música.

Deve-se considerar também, em um planejamento de aulas, seu aspecto legal. Para tanto, o futuro docente deve conhecer os documentos que estão relacionados com a educação e com a escola, como as legislações em nível federal, estadual e municipal, as diretrizes curriculares, os parâmetros curriculares e o projeto político-pedagógico da escola, em especial sua matriz curricular, para que seu trabalho não esteja descontextualizado.

A proposta curricular de Artes para o Ensino Fundamental, da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, quanto ao ensino de música nas escolas, diz que:

O ensino de música nas escolas públicas tem de levar em consideração a diversidade e propiciar a todos os alunos uma vivência e reflexão dos elementos básicos e fundamentais da música, bem como promover uma audição ativa e crítica de diferentes gêneros e estilos musicais, de diferentes épocas, valorizando os aspectos formais, estéticos, históricos e contextuais em que essas músicas foram criadas... (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2006, p. 16).

De acordo com esta proposta, o direcionamento para o ensino da música nas escolas de educação básica em nível de ensino fundamental aponta para um processo de educação musical tendo como princípios básicos a musicalização dos alunos associada ao conhecimento de gêneros e estilos musicais diversos, assim como suas formas composicionais, trabalhando também a estética musical.

O Currículo Básico Comum de Arte para o Ensino Médio – CBC traça diretrizes para o trabalho com música, através da utilização dos sons em fontes sonoras diversas e contextualização da música na história da humanidade, realizando análises críticas, assim como também conhecer as características básicas dos gêneros e estilos musicais, além do trabalho com som, ritmo e movimento, performance vocal e instrumental, sendo todas essas propostas de ensino da música inseridas na grande área de artes.

Com base nesses aspectos legais, os planos de aula foram construídos de forma coletiva e aplicados nas escolas de educação básica que foram selecionadas a partir de critérios pré-determinados, possibilitando aos acadêmicos bolsistas ter uma segunda experiência prática em sala de aula, com a materialização das atividades propostas nos planos

de ensino, considerando que as primeiras experiências práticas ocorreram na universidade, com a aplicação dos planos de aula para todo o grupo, no âmbito da universidade.

Em um planejamento em que se trabalha a interdisciplinaridade, a elaboração de um plano de aula de música requer uma atenção maior. Se, em determinada escola, as aulas de Artes são ministradas por um professor graduado em Artes Visuais, que está ministrando aulas sobre pintura ou escultura renascentista, por exemplo, seria de bom alvitre que o planejamento das aulas de música abordasse aspectos relacionados às características musicais renascentistas e utilizasse compositores desse período, como Giovanni Pierluigi da Palestrina, Orlando di Lasso, John Dowland, Claudio Monteverdi e Josquin des Prés, dentre outros.

O sucesso de uma experiência didático-pedagógica aplicada em sala de aula e sua relevância para o processo ensino-aprendizagem, tendo como objetivos um ensino consciente de música e a formação do futuro docente, vai depender em primeira instância de um bom planejamento das aulas, bem estruturado e fundamentado.

O diferencial desse planejamento de aulas de música é que foi feito de forma coletiva e dialógica, em grupos compostos por acadêmicos bolsistas juntamente com as professoras supervisoras, orientados pelos coordenadores do subprojeto, com as funções assim distribuídas: os coordenadores do subprojeto apresentaram a fundamentação teórica e um modelo para elaboração de plano de aula, as professoras supervisoras, como conhecedoras da realidade escolar, fizeram um diagnóstico da escola e acompanharam o processo de construção coletiva, e os acadêmicos, por sua vez, escolheram, planejaram e executaram as atividades musicais a serem desenvolvidas.

Nessa fase de construção coletiva, os sujeitos envolvidos tinham a liberdade de utilizar literalmente o modelo de plano de aula apresentado ou fazer modificações e/ou adaptações que se fizessem necessárias que melhor atendessem à realidade da escola e, conseqüentemente, dos alunos, para que fosse funcional e possível de ser aplicado em sala de aula com bons resultados. Portanto, o plano de aula foi o produto das discussões materializadas em um documento gestado e gerado nesse processo tridimensional.

Nesse caso, o planejamento das aulas aconteceu em três níveis, envolvendo coordenadores, supervisores e alunos. Mesmo com um bom planejamento, os instrumentos de motivação, utilizados corretamente, são de fundamental importância para que os objetivos propostos sejam alcançados. Quando não há um planejamento das aulas o professor fica sem apoio e, como consequência, a aula pode tornar-se muitas vezes desorganizada, gerando o desinteresse dos alunos.

A terceira fase da metodologia utilizada no subprojeto foi reservada para o

planejamento das atividades teórico-práticas em música com a elaboração dos planos de aula, com o intuito, também, de produzir material didático-pedagógico. Na quarta fase foi contemplada a aplicação dos conteúdos planejados com a intervenção dos acadêmicos, sob a orientação dos professores supervisores, com o objetivo de associarem teoria e prática profissional, utilizando o plano de aula e os conhecimentos adquiridos pelos alunos na academia, a partir da capacitação realizada pelos professores coordenadores.

Portanto, o plano de aula direciona as ações docentes concernentes aos conteúdos a serem trabalhados de forma sistematizada e cronológica, práticas estas que comporão também o processo avaliativo do planejamento, indispensável à busca de um replanejamento mais adequado à realidade dos alunos.

A avaliação do plano de aula consiste em uma revisão e deve acontecer periodicamente, uma autoanálise da prática pedagógica docente que produza uma reflexão acerca das nossas opções e ações, a fim de promover as mudanças e adaptações que se fizerem necessárias. Nessa etapa, é realizado um novo diagnóstico da realidade da sala de aula, da escola e da sociedade, uma ação que deve ser criteriosa, precisa e rigorosa, para uma nova experiência didático-pedagógica em sala de aula.

4. A prática pedagógica realizada pelos acadêmicos/bolsistas nas escolas

As reuniões do Subprojeto de Música acontecem semanalmente, na sala 50 do Centro de Ciências Humanas – CCH – Prédio 2 – Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, assim como na Escola Estadual Coronel Filomeno Ribeiro e na Escola Estadual Irmã Beata, para o desenvolvimento das propostas e atividades teórico-práticas que inicialmente são realizadas individualmente e/ou em grupo, através de estudos de textos, discussões, problematização, planejamento de aulas, atividades práticas, trocas de experiências, elaboração de resumos e artigos, ensaios musicais e performáticos, sob a orientação dos coordenadores do Subprojeto.

Nesse sentido, o Pibid oportuniza aos acadêmicos bolsistas uma participação ativa no processo de desenvolvimento das atividades, e os coloca em contato direto com o cotidiano escolar, dando-lhes condição de vivenciar, criar e interagir com as práticas metodológicas aplicadas pelos professores, e identificar situações e dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem em música para soluções e melhorias, além de motivá-los e ajudá-los no processo de formação para o magistério.

Neste aspecto, os acadêmicos tiveram oportunidade de criar seus próprios planos de aula na universidade, tendo como base a estrutura apresentada como modelo para direcionar seu desenvolvimento, ancorado em artigos científicos definidos pelos coordenadores do Pibid. No primeiro momento, os bolsistas foram divididos em oito grupos, com seis bolsistas em cada grupo, orientados tecnicamente pelos professores coordenadores e acompanhados pelas professoras supervisoras, para ler, problematizar e fazer reflexão sobre o artigo: “Maneiras de ouvir música: uma questão para a educação musical com jovens”, das autoras Jusamara Souza e Maria Cecília de Araújo Torres (2009), que apresenta aspectos didáticos e metodológicos para atividades em sala de aula, além de proporcionar uma discussão sobre a forma de ouvir e escutar música. Em seguida, foi solicitado que criassem planos de aula relacionados ao ensino de música nas escolas de educação básica, com o intuito de direcioná-los e prepará-los melhor para aplicar os conteúdos planejados nas escolas.

Para as semanas seguintes, utilizando a mesma metodologia, foram apresentados pelos coordenadores mais artigos como referencial teórico para a elaboração de mais planos de aula, como: “Fazendo *Rap* na Escola”, de Vania Malagutti Fialho e Juciane Araldi (2009), que propõe um encaminhamento prático para a composição de um *rap* a partir dos princípios que fundamentam o movimento *hip hop*.

Outro artigo que foi trabalhado de forma coletiva, e que originou também vários planos de aula, foi “Riffs forever: o rock na sala de aula”, de Cecília Cavalieri França (2012), que propõe integrar apreciação, performance, criação, história, técnica e leitura musical, considerando que é um gênero musical de grande impacto sonoro e expressivo que tem sido pouco aproveitado na educação musical.

Outros planos de aula foram também elaborados coletivamente, baseados em um tema: Os parâmetros do som. Nesse caso, não foi apresentado um artigo como base para a realização dos trabalhos, mas foi solicitado que os alunos pesquisassem sobre o assunto e decidissem sobre qual fundamentação teórica iriam sustentar os trabalhos, considerando que esse conteúdo já foi estudado em disciplinas da graduação.

Os acadêmicos, divididos em oito equipes, realizaram as atividades de forma surpreendente, e cada equipe apresentou para todo o grupo o resultado dos trabalhos, culminando com a elaboração de diversos planos de aula. Cada grupo apresentou seus planos de aula e ministrou aulas práticas de cada plano para todo o grupo. Os planos foram avaliados de forma conjunta e reelaborados conforme a necessidade de ajustes e/ou exclusões/acréscimos, sob a orientação dos coordenadores do subprojeto.

5. Aplicação e avaliação dos planos de aula

Como parte integrante da primeira etapa do processo de avaliação de um plano de aula construído no âmbito do Pibid/Música, cada grupo teve oportunidade de socializar as ideias e experiências adquiridas na elaboração conjunta, como forma de teste do plano elaborado com o envolvimento de todos, para conhecer cada plano que iria ser aplicado nas escolas, sob orientação das professoras supervisoras das escolas participantes, que também participaram ativamente de todo o processo de construção coletiva. A aplicação prática dos planos de aula ocorreu com a intervenção de todas as equipes, na universidade, para todo o grupo, e posteriormente, nas escolas selecionadas, *lócus* onde as aulas seriam ministradas em duplas e, posteriormente, ministradas de forma individual, com a finalidade de oportunizar a participação de todos em todas as atividades, o que possibilitou o conhecimento de todos os planos de aula e as possibilidades de aplicação das atividades práticas, de forma integrada, sistematizada e consciente.

Quanto às constatações no momento da apresentação realizada pelos acadêmicos, foram socializadas e analisadas à luz do referencial teórico. Após as apresentações de cada grupo, pôde-se perceber, mediante suas próprias declarações, que se sentiram mais motivados com a metodologia utilizada pelos coordenadores para a realização dos trabalhos quanto à escolha e apresentação do texto base, e a apresentação do roteiro para a elaboração dos planos de aula, que facilitaram o processo de construção coletiva. Outro destaque a considerar na declaração de vários acadêmicos bolsistas foi quanto à metodologia utilizada para elaboração e aplicação dos planos de aula, antes da experiência prática em sala de aula, nas escolas, pois trouxe maior segurança e confiança, e sentem-se mais preparados para assumir a docência em sala de aula nas escolas de educação básica.

Outro ponto ressaltado foi o trabalho em conjunto, pois cada participante teve a oportunidade de apresentar sua sugestão para a construção de cada item dos planos, e o envolvimento das supervisoras contribuiu consideravelmente no que diz respeito às normas e procedimentos das escolas com relação à elaboração de plano de aula, mostrando a realidade escolar e o perfil dos alunos.

Os resultados obtidos, oriundos da elaboração dos planos de aula, motivaram e possibilitaram a vários acadêmicos bolsistas produzir resumos, comunicação oral e artigos científicos sobre as experiências vivenciadas, sendo apresentados os resultados de

seus trabalhos em eventos científicos em nível local, regional e nacional, com muitos trabalhos apresentados e publicados em anais dos encontros da Associação Brasileira de Educação Musical – Abem, com as despesas de passagem e ajuda de custo para hospedagem, traslado e alimentação custeadas pelo Programa Institucional de Iniciação à Docência – Pibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetos e programas institucionais realizados e incentivados com financiamento do Governo Federal, como o Pibid, constituem recursos fundamentais na valorização e formação dos futuros professores, especificamente em música, pois criam oportunidades para a formação, incentivo e interação, produzindo mudanças educacionais consideráveis. Também promovem o aprimoramento dos conhecimentos, mesmo diante das limitações da vida, criando espaços dialógicos com a realidade, ampliando os horizontes e reduzindo as distâncias, principalmente em se tratando de universidades e escolas de educação básica.

Ademais, fortalecem o ensino superior, valorizando-o como espaço condutor da promoção de práticas coletivas democráticas com liberdade de pensamento, expressão e saberes, que se configuram como espaço de diversidade para tornar garantida a melhoria na educação através do ensino, pesquisa e extensão por intermédio da criatividade, produção do conhecimento e troca de experiências.

À guisa de conclusão, fica evidenciado que as atividades de planejamento de aulas foram de fundamental importância para conscientizar os pibidianos de sua necessidade e importância, e também constituíram um acervo significativo para a prática pedagógica, com base em experiências individuais e coletivas.

O trabalho coletivo de construção dos planos de aula possibilitou aos alunos que ainda não iniciaram o estágio curricular supervisionado participar desse processo, antecipando algumas práticas do estágio, constituindo uma prévia experiência didático-pedagógica na elaboração de planos de aula e aplicação na universidade e em sala de aula, assim como aprimoramento das ações teórico-práticas para os acadêmicos que já desenvolveram atividades semelhantes no estágio curricular supervisionado.

Por fim, entende-se que há necessidade de continuar elaborando planos de aulas para as próximas etapas do processo de formação do educador musical, como forma de ampliação do acervo bibliográfico e didático-pedagógico, e, também disciplinar e direcionar a prática docente do futuro professor de música.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Heloisa Paes de Barros. Tese de Doutorado: **Planejamento de aula e o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação**: percepção de docentes do Ensino Médio. 2012. 254 páginas. Puc-SP - São Paulo, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm>. Acesso em: 15 jul. 2014.

_____. Ministério da Educação (Capes). **Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**. Portaria Nº 096, de 18 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_096_18jul13_AprovaRegulamentoPIBID.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

CAPES. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FIALHO, Vania Malagutti; ARALDI, Juciane. Fazendo rap na escola. **Música na educação básica**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, outubro de 2009. ISSN 2175 3172

FRANÇA, Cecília Cavalieri. Riffs forever: o rock na sala de aula. **Música na Educação Básica**. Londrina, v.4, n.4, novembro de 2012.

FRANCISCHETT, M. N.; GIROTTO, E. D.; MORMUL, N. M. O Pibid como política pública de permanência no ensino superior e formação de professores: um estudo de caso. **EducereetEducare**, Cascavel, v. 7, n. 13, 2012.

GANDIN, Danilo. A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade. Porto Alegre: **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001.

_____, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

GAUTHIER, Clermont (et. al.). **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente**. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

HENTSCHKE, Liane; DEL BEN, Luciana. Aula de música: do planejamento e avaliação à prática educativa. In: HENTSCHKE, Liane; DEL BEN, Luciana (Orgs). **Ensino de música: propostas para pensar e agir em sala de aula**. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MONTANDON, Maria Isabel. Políticas públicas para a formação de professores no Brasil: os programas Pibid e Prodocência. **Revista da ABEM**, v. 20, n. 28, p. 47-60, Londrina: 2012.

QUADROS JR., João; COSTA, Fernanda; MATTOS JR., Inaldo. A influência do Pibid na formação inicial de professores de música: uma análise exploratória. In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 21, 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: FLADEM, 2015.

_____; COSTA, Fernanda Silva. Pibid e a formação inicial de professores de música no Brasil: uma análise exploratória. **Revista da Abem**, Porto Alegre, vol. 23, n.35, p.35-48. Londrina: 2015.

ROMANELLI, Guilherme G.B. Planejamento de Aulas de Estágio. In: **Práticas de Ensinar Música: legislação, planejamento, observação, registro, orientação, espaços, formação.** MATEIRO, Teresa. SOUZA; Jusamara (Orgs). Porto Alegre: Sulina, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Proposta curricular – Arte para o Ensino Fundamental.** Consultores: Lucia Gouveia Pimentel (Coord.); Evandro José Lemos da Cunha, José Adolfo Moura. Belo Horizonte, Janeiro de 2006.

_____. **Proposta Curricular – Conteúdo Básico Comum de Arte no Ensino Médio.** Disponível em:

<http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/index.aspx?id_projeto=27&id_objeto=68336&tipo=ob&cp=fc5e36&cb=&n1=&n2=Proposta%20Curricular%20-%20CBC&n3=Ensino%20M%C3%A9dio&n4=Arte&b=s>. Acesso em: 26 mai. 2012.

SOUZA, Jusamara; TORRES, Maria Cecília de Araújo. Maneiras de ouvir música: uma questão para a educação musical com jovens. **Música na educação básica.** Porto Alegre, v.1, n. 1, outubro de 2009. ISSN 21753172.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Tradução de Francisco Pereira. 12 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

UNIMONTES. **Subprojeto - Pibid/Música: O Ensino de Música nas Escolas.** Montes Claros-MG: 2013.